

## **REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO ESCOLAR, FORMAÇÃO HUMANA E DA SOCIEDADE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.**

Décio Gatti Júnior<sup>1</sup>

1 A compreensão da relação entre educação e formação humana encontrou em Dermeval Saviani, uma formulação bastante profícua no interior do campo marxista de análise social. Seu texto “Sobre a Natureza e Especificidade da Educação”, escrito originalmente em 1984, parte da afirmação de que o trabalho é o elemento que diferencia o homem dos demais animais, sendo a educação, simultaneamente, “uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é ela própria, um processo de trabalho”<sup>2</sup>.

Como desdobramento dessas assertivas o autor explicita suas conclusões em torno da definição da natureza e da especificidade da educação do seguinte modo:

[...] a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não material cujo produto não se separa do ato de produção nos permite situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, idéias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens <sup>3</sup>.

Estas definições apresentam-se satisfatórias no sentido de precisar que a transmissão da cultura e de suas representações confere o caráter de humanidade aos membros da espécie humana e, ainda que neste início do Séc. XXI existam tendências naturalizantes no entendimento dos comportamentos e da personalidade humana

(sobretudo advindas dos estudos de base biogenética), a velha idéia de Marx, exposta, em 1859, de que “não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência<sup>4</sup> parece permanecer bastante válida, evitando-se, evidentemente, os excessos estruturalistas e deterministas advindos daquilo que Hobsbawm classificou como “marxismo vulgar”<sup>5</sup>.

Nesse sentido, é importante destacar que Hobsbawm caracterizou o “marxismo vulgar” como uma elaboração teórica feita em nome de Marx, mas que muito pouco possui de marxista, ou seja, não representa necessariamente o pensamento amadurecido de Marx. O “marxismo vulgar”, segundo Hobsbawm, expressou-se por meio de uma interpretação econômica da história, na qual tudo dela depende; de um modelo de ‘base e superestrutura’, em que a primeira domina e determina unilateralmente à segunda; de uma limitação do movimento da história ao interesse de classe e a luta de classe; de um determinismo evolucionista e mecânico expresso nas leis históricas e inevitabilidade histórica e ainda na eleição de determinadas temáticas como prioritárias, além da afirmação de certa imparcialidade da verdade nas obras historiográficas<sup>6</sup>.

Se a relação entre educação e formação humana, a partir das definições de natureza e especificidade da educação apresentadas por Saviani<sup>7</sup>, pode ser percebida historicamente desde as civilizações da Antiguidade, a forma escolar tomada pela educação, a partir de sua organização sistemática em níveis primário, secundário e superior pelas mãos do Estado Moderno, é um fenômeno mais recente e que ganhou seus contornos mais próximos dos encontrados na atualidade a partir do Séc. XVIII, com a criação de um cotidiano específico e original designado, de modo geral, como processo de escolarização que, em associação com o fenômeno da urbanização, produziu a Modernidade.

**2.** Precisar teoricamente o lugar do sujeito histórico, tomado como ser social na definição marxista, constituiu esforço de intelectuais importantes do pós-guerra, dos quais destacam-se os ingleses E. P. Thompson e Raymond Williams que, inspirados nos estudos sobre a dialética marxista de Lukács e na textualidade de Gramsci elaborados no período

entre guerras, promoveram uma inflexão importante diante do marxismo vulgar e anti-humanista que ganhara corpo a partir da Revolução Russa, de 1917, do stalinismo e da proliferação dos partidos comunistas em solo europeu e extra-europeu.

Desse modo, é interessante observar a articulação entre a definição de objeto de pesquisa e dos conceitos de experiência e de formação social expressos em E. P. Thompson<sup>8</sup>, como esforço teórico de busca de valorização do sujeito e de sua formação no processo de pesquisa e de escrita das interpretações sócio-histórica, o que, em outros termos, significa a defesa da valorização do exame das práticas sociais e do cotidiano como objetos das ciências humanas. A esse esforço pode ser agregada a elaboração da concepção de materialismo cultural, conforme se expressa em Williams<sup>9</sup>.

Na obra de Thompson aparece claramente uma recusa à execução de uma análise do social vinculada à dicotomia base/superestrutura, tradicionalmente ligada ao marxismo vulgar. Sua reflexão está calcada na valorização explícita da pesquisa sobre os sujeitos históricos e sobre as mediações culturais e morais que se engendram em sociedade.

Para Thompson, a experiência social, tomada como experiência de classe, é a resultante do desenvolvimento das relações sociais de produção. Esta experiência não é apenas fruto de determinações históricas, mas, o que é mais importante as constitui no terreno do real<sup>10</sup>. Em sua crítica ao marxismo althusseriano, a quem acusa de ser afinado com o elitismo burguês e com o teorismo aristocrático, Thompson observa, sobretudo, que, no final da década de 1960, os marxistas estavam tratando Althusser com negligência ou com cumplicidade, sem perceber o caráter anti-humanista de suas idéias e o idealismo ou a teologia subjacente a seu pensamento.

Thompson é avesso ao determinismo econômico agregado ao idealismo teórico que, segundo ele, resulta em um procedimento que é totalmente autoconfirmador, conforme expresso em Althusser<sup>11</sup>

Nesse sentido, sua crítica se recusa a enxergar o conhecimento como um truísmo, ou seja, uma verdade que dispensa demonstração, típica do cartesianismo. Recusa,

portanto, a idéia de que o real seja a teoria. Thompson explicita seu ponto de vista ao caracterizar o objeto de pesquisa como sendo

[...] epistemológicamente inerte: isto é, não se pode impor ou revelar ao conhecimento: tudo isso se processa no pensamento e seus procedimentos. Mas isto não significa que seja inerte de outras maneiras: não precisa, de modo algum, ser sociológica e ideologicamente inerte. Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos. Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser; mesmo ao contemplarmos o 'real', sentimos a nossa própria realidade palpável<sup>12</sup>.

pois, e o que é mais importante na reflexão ora empreendida,

O texto morto e inerte de sua evidência não é de modo algum 'inaudível'; tem uma clamorosa vitalidade própria; vozes clamam do passado, afirmando seus significados próprios, aparentemente revelando seu próprio conhecimento de si mesmas como conhecimento<sup>13</sup>.

Esta última formulação tem conseqüências decisivas para a análise sócio-histórica que leva em consideração o sujeito histórico tomado como ser social, pois contribui para o esclarecimento de que as evidências de pesquisa, nas suas mais diversas formas materiais - documentos impressos, manuscritos, iconografia etc. - possuem marcas de constituição humana e representam relações sociais que tornaram possível sua própria existência. Essa assertiva confere um humanismo contagiante ao olhar do pesquisador que se vê envolto em um processo de análise que necessita formular questões que necessariamente tomam o

elemento humano, sua formação, sua historicidade como parte necessária e fundamental para a construção de uma interpretação sobre a sociedade.

Para Thompson é necessário distinguir a categoria de análise marxista modo de produção da de formação social<sup>14</sup>, pois é na segunda que se podem perceber as determinações históricas como resultado do exercício de pressões sociais complexas.

Complementarmente, Thompson, faz um esforço lógico-concreto no sentido de apresentar uma categoria que demonstrava o espaço conferido aos sujeitos, singulares (indivíduos) ou particulares (grupos), por meio do termo experiência, visto, pelo autor, como

[...] uma categoria que, por mais imperfeita que seja é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. [Com a utilização do conceito de experiência] a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história<sup>15</sup>.

Com a introdução do conceito de experiência, Thompson funda um novo espaço teórico, no qual em suas palavras, “um nome [...] é ambigüidade, outro é possibilidade”<sup>16</sup>. Nesse sentido, mesmo a noção de moral que depende do processo histórico, consiste em um imenso território de disputas, tais quais as disputas de classe e em torno de salários, condições de trabalho etc.

A partir dos caminhos abertos por Thompson, encontra-se a brilhante análise das sociedades, especialmente no território de constituição do que se tem chamado de materialismo cultural, na obra historiográfica e sociológica de Raymond Williams.

Boa parte da produção intelectual de Williams configurou-se como sendo uma procura de, partindo da textualidade marxiana, reinterpretá-la, apontando suas insuficiências e propondo novas teorizações, novos entendimentos sobre a realidade social.

Em *Marxismo e Literatura*, de 1971, Williams traçou os principais pontos teóricos da sua “teoria das especificidades da produção cultural e literária material, no interior do materialismo histórico”<sup>17</sup>, ou seja, daquilo que ele mesmo chamaria de “materialismo cultural”, munido, porém, à semelhança de Thompson, de uma rejeição tácita à teoria dos “reflexos” e “ecos” tão comum à tradição do “marxismo vulgar”.

De fato, a tardia publicação de importantes obras marxianas conjugada ao estabelecimento de um “marxismo oficial”, a partir da União Soviética, limitou o desenvolvimento da análise histórico-marxista sobre a cultura, ou mesmo sobre aspectos da vida social desvinculados do território designado como estrutural.

“Marxismo e Literatura” pode ser lido como um texto teórico que se esforça em superar as amarras às quais o pesquisador das ciências humanas parecia estar confinado. Ao tratar cuidadosamente de conceitos como cultura, língua, literatura, ideologia, hegemonia e teoria cultural, Williams procurou entendê-los como conceitos que se desenvolvem e alteram-se no interior do processo histórico que os envolve, os especifica e lhes confere sentido.

Valiosas foram as leituras realizadas por Williams de importantes obras de Bakhtin, Gramsci, Lukács, Marcuse, Vygotsky etc. Obras que subsidiaram seu posicionamento contrário às abordagens sócio-históricas mecanicistas. A leitura destes autores o desviou também da influência do estruturalismo lingüístico, encaminhando-o para o desenvolvimento da idéia fundamental de uma cultura articulada, imbricada, com o movimento histórico da sociedade.

Ao destacar esse aporte teórico advindo do marxismo, mas, de maneira peculiar, constituindo uma resposta satisfatória aos determinismos e mecanicismos presentes em parte das teorias sócio-históricas da textualidade marxista do início a meados do Séc. XX, busca-se explicitar que a idéia de formação humana passa, necessariamente pelas interações sociais construídas pelos sujeitos sociais (indivíduos e grupos) em seu cotidiano, por meio de práticas e instituições relacionadas às formas como as relações sociais e de produção material e não-material se articulam nas diferentes formações sociais.

Desse modo, a compreensão da dimensão ética da vida social, entendida como o estudo da moral em suas manifestações sócio-históricas, bem como o estudo da política, apreendida em sua volatilidade e constante mudança, leva ao estabelecimento de uma epistemologia que tome as sociedades como lugar do imprevisível, da mudança, afastando, desse modo, a metafísica, os determinismos e os mecanicismos dos processos de entendimento dos fatos e processos sociais.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Décio Gatti Júnior é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de História da Educação e membro do Núcleo de História e Historiografia da Educação (NEPHE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). *E-mail:* degatti@ufu.br.

<sup>2</sup> Dermeval SAVIANI (1991). Sobre a Natureza e a Especificidade da Educação. In: *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. São Paulo, Campinas/SP. Cortez, Autores Associados. p. 19.

<sup>3</sup> *Ibidem*. p. 29-30.

<sup>4</sup> Karl MARX (1983). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª ed. São Paulo. Martins Fontes. p. 24.

<sup>5</sup> Eric HOBBSAWM (1982). A Contribuição de Karl Marx para a Historiografia. In: BLACKBURN, Robin (org.). *Ideologia na Ciência Social*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. p. 248.

<sup>6</sup> *Ibidem*. p. 249.

<sup>7</sup> Dermeval SAVIANI (1991). *op. cit.* p. 19-20.

<sup>8</sup> Edward Palmer THOMPSON (1981). *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar e Edward Palmer THOMPSON (1987) *A Formação da Classe Operária Inglesa* (3 vols). Rio de Janeiro. Paz e Terra.

<sup>9</sup> Raymond WILLIAMS (1979). *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro. Zahar e Raymond WILLIAMS (1992). *Cultura*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

<sup>10</sup> Edward Palmer THOMPSON (1981). *op. cit.* p. 180-201.

<sup>11</sup> *Ibidem*. p. 21.

<sup>12</sup> *Ibid.* p.27.

<sup>13</sup> *Ibid.* p. 27.

<sup>14</sup> *Ibid.* p. 181.

<sup>15</sup> *Ibid.* p. 15.

<sup>16</sup> *Ibid.* p. 187.

<sup>17</sup> Raymond WILLIAMS (1979). *op.cit.* p. 12.